

# ATA DA REUNIÃO INTEGRADA DOS COMITÊS DE MONITORAMENTO

## BLOCOS 1, 2, 3 e 4

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, às 14h, na Arena Manancial, Avenida Presidente Vargas, nº 2655 – 4º andar – Cidade Nova, Centro do Rio de Janeiro e por meio da plataforma digital de videoconferência Zoom Meetings, realizou-se a Reunião Integrada dos Comitês de Monitoramento dos Blocos 1, 2, 3 e 4, instaurados para exercerem o controle social através da participação no processo de formulação de políticas, planejamento, regulação, fiscalização e avaliação dos serviços públicos no sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme disposto no Anexo XII dos Contratos de Concessão.

A proposta de pauta da reunião que foi anteriormente divulgada, era:

1. Andamento a partir da carta ao Governador;
2. Temas para os grupos de trabalho;
3. Antecipação de vencimentos de tarifas e reajustes de 10,24%;
4. Aprovação da resolução do Grupo de Trabalho aprovado;
5. Assuntos Gerais.

Havendo quórum, a reunião foi presidida pela Presidente Sra. Adriana Sotero Martins, da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, do Comitê de Monitoramento do bloco 4 (quatro), com as participações dos presidentes: Sr. Licínio Machado Rogério, da Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro – FAM RIO, do bloco 1 (um), Sr. Eduardo Figueira, da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca – CCBT, do bloco 2 (dois) e o Sr. João Ricardo de Mattos Serafim, da Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro – FAM RIO, do bloco 3 (três).

Demais participantes: Sra. Natasha B. Handam, da Fundação Oswaldo Cruz – FioCruz; Sr. Mario Porto dos Santos, do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região/SINTSAMA-RJ; Sr. Morvan Barreto Nobre, da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro/SEAERJ; Sra. Ana Barros da Silva, da Rede de Vigilância Popular em Saneamento e Saúde – RJ; Sr. Luiz Edmundo Horta Barbosa da Costa Leite, da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro/SEAERJ; Sr. Jorge Alberto da Silva Fernandes, do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região/ SINTSAMA -RJ; Sr. Bruno França, da Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE; Sr. Alexandre Beleza Romão, do Município de Rio das Ostras; Sra. Kelly Felix, da Associação Brasileiras das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto; Sra. Lorena Costa Procópio, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade; Sr. José Stelberto Porto Soares, do Clube de Engenharia; Sr. Marcos Basbaum, do CBH Baía de Guanabara; Sra. Lorena Costa Procópio, da Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade; Sr. Ricardo da Conceição Barbosa, do Município de Paty do Alferes; Sr. Frederico Ayres Pinheiro, da Secretaria de Meio Ambiente de Nova Iguaçu/SEMAM- Nova Iguaçu; Sr. Firmo Ferreira Daflon, do Meio Ambiente, Urbanismo e Defesa Civil/ Município de Macuco; Sr. Halphy Cunha Rodrigues, do Comitê das Bacias Hidrográficas da Baía de Guanabara e Sistemas Lagunares (CBH BG); Sr. João Xavier, do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente; Sra. Nicole Fraguas, do Município de Vassouras; Sr. Danilo Santa Cruz Coelho, da Associação de Moradores Lauro Muller, Ramon Castro e Adjacências /ALMA; Sra. Adriana Bocaiuva Comitê Da Baía De Guanabara; Sr. Tiago Veras, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro/MPRJ;

Sra. Ilca L. Bezerra, dos Usuários Domésticos; Sra. Elvira Carvajal, da Federação das Associações de Moradores do Município RJ/FAM RIO; Sr. Humberto Garcia, do Município de Mesquita/RJ; Sra. Monica Maria Pena, a Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ; Sra. Tatiana Bastos, do Instituto de Direito Coletivo/IDC; Sr. José Arimathéa, do Comitê de Bacias do Médio Paraíba do Sul e Sr. Adilson Trindade, dos Usuários Domésticos.

Sem demora, a Presidente, Sra. Adriana Sotero Martins propôs e a plenária aprovou a ATA da reunião ocorrida no dia 21 de novembro de 2023, e a proposta de pauta com a inserção dos itens: 5.1- PCE – próximo ano (acordar data); 5.2- Avaliar se os Relatórios de Atendimento a Metas e Indicadores de Desempenho estão sendo encaminhados e analisados dentro dos prazos pelas Concessionária, Verificadoras Independentes e Agenersa; 5.3- Monitoramento CEDAE – participação dos Comitês nos CBH – Guandu e outros; 5.4 – “NÃO SOMOS SUBORDINADOS À AGENERSA”, sendo solicitado a troca do registro do título desse último item para: Parecer enviado pela AGENERSA.

## 1. ANDAMENTO A PARTIR DA CARTA AO GOVERNADOR.

Logo a Sra. Adriana Sotero Martins reforçou que, na carta encaminhada ao Governador, foram solicitados 3 pedidos e 17 considerações. Destacando-se onde se lê:

*“Dessa forma, vimos pela presente solicitar a designação de uma audiência com o Governador Do Estado do Rio de Janeiro, o mais brevemente possível, com a seguinte pauta sugerida:*

- a) **Marcar o encerramento da fase de montagem dos Comitês de Monitoramento da Concessão Regionalizada dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário;**
- b) **Formalizar a entrega das demandas supracitadas para que os Comitês de Monitoramento da Concessão Regionalizada dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário possam exercer suas funções determinadas nos Contratos de Concessão, e;**
- c) **Dar reconhecimento formal à formação dos Comitês de Monitoramento da Concessão Regionalizada dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.”**

Ainda em destaque, a Sra. Adriana Sotero Martins pontuou dois pedidos específicos, sendo eles; 1- Qual é a Entidade que será responsável pela infraestrutura operacional dos Comitês de Monitoramento. 2- Providências de dotação orçamentária. Logo, apresentou-se a resposta da Casa Civil por meio do **Of. SECC/SUBTEX N° 111, de 05/12/2023**. Com a palavra, a Sra. Adriana destacou que: *“muitas das indagações, feitas, não foram respondidas. Desta forma se dará continuidade a esse pedido, uma vez que não houve resposta satisfatória para dar continuidade aos trabalhos dos Comitês de Monitoramento.”* O Sr. Eduardo Figueira, no uso da palavra, opinou *“Uma coisa é o reconhecimento do Comitê, e outra coisa é o suporte para ele operar. A resposta que temos hoje da Casa Civil é que o Comitê está reconhecido, porém, sem estrutura. Está designado pela Casa Civil, que a Agenersa é o órgão que tem que prover a infraestrutura de reunião e confecção de ATA, o que já vem sendo feito. O que vem de decisão a partir dessa reunião não tem estrutura. Nós entendemos que isso aí é um erro de interpretação da casa civil. Então, nós vamos voltar com o pedido de audiência ao Governador do Estado, no sentido de mostrar para ele que, na verdade, se o Governo do Estado realmente deseja que o comitê cumpra o seu papel, ele tem que prover a infraestrutura.”*

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se o item 1 da pauta.

A Sra. Adriana Sotero prosseguiu para o item 2 da pauta:

## **2 – TEMA PARA OS GRUPOS DE TRABALHO;**

Apresentou uma proposta que foi feita por ela, com a seguinte descrição:

*- Temas para Grupos de Trabalhos Permanentes (funcionamento nos 35 anos de concessão):*

### **TEMA 1. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

1.1 – *GT acompanhamento de Metas de Coberturas dos Serviços*

1.2 – *GT acompanhamento de Metas de Qualidade dos Serviços*

### **TEMA 2. INVESTIMENTOS**

1.1 – *GT acompanhamento dos investimentos na expansão e modernização*

1.2 – *GT acompanhamento em Reparos e Operação*

*Que possam compartilhar a mesma metodologia de avaliação dos temas, nos territórios específicos para cada contrato.*

Portanto, dentro do mesmo tema apresentado pela Sra. Adriana Sotero Martins, o Sr. Eduardo Figueira, por sua vez, apresentou sua proposta de metodologia de projeto para avaliação de utilização por cada bloco, contendo de temas relacionados aos contratos de concessão e as diversas disciplinas que se relacionam a eles. Foram apresentados os exemplos a seguir:

1. Financeiro e Investimentos;
2. Fornecimento de Água;
3. Lagoas e MA;
4. Contrapartida Sociais;
5. Esgotamento Sanitário;
6. Projetos e Execuções;
7. Relacionamento Consumidor;
8. Secretaria do Comitê;
9. Relacionamento Órgãos Públicos;
10. Relacionamento Concessionária;
11. Jurídico Comitê;
12. Relacionamento Imprensa e
13. Relacionamento Verificador Independente.

O Sr. Eduardo Figueira, em suma, opinou sobre a necessidade de buscar pessoas com conhecimento e disponibilidade de trabalho voluntário. Permanecendo com a palavra, o Sr. Eduardo Figueira, citou o trabalho da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE e prevendo uma parceria com o Comitê. Logo, sugeriu solicitar da Agenssa os relatórios mensais e anual da FIPE.

A palavra foi concedida a Sra. Lorena Procópio, que por sua vez expressou sua dúvida em relação às propostas. Logo, indagou *“Qual é a proposta? Estabelecimento de grupos de trabalho fixo? Estabelecimento de temas de discussão? É claro que com as devidas considerações, tudo em relação à concessão, em função à medida que a necessidade surgir ou que a demanda surgir. Por que se a gente estabelece esses temas e eventualmente aparece uma coisa que não se enquadra em nenhum desses temas?”* Em resposta, o Sr. Eduardo Figueira relatou que o importante é não esperar a demanda surgir e que a ideia é ter uma metodologia a ser usada como monitoramento que seja proativa. A palavra foi concedida ao Sr. Morvan Nobre, que em suma opinou e indagou *“Caberia ou não uma análise dos investimentos, mas não sobre o aspecto financeiro. Sob o aspecto de por onde vão começar os investimentos. Onde vai ser priorizado? Inclusive em relação a áreas. Em que regiões das áreas de concessão?”* A Sra. Adriana Sotero sugeriu criar um Grupo de Trabalho urgente para trabalhar em cima dos relatórios que a FIPE preparou e logo indagou *“Quem gostaria de participar desse GT integrado em que os membros de todos os Comitês e pessoas do Comitê possam convidar seus parceiros para estar dividindo essa tarefa? Porém, mais adiante a gente fala sobre isso.”* logo, a palavra foi condida ao Sr. Danilo

Santa Cruz, que, em suma, destacou sua proposta que é entrar em contato e acompanhar os relatórios da FIPE e trabalhar sob demanda, pois entende que terá cobrança da sociedade civil e muito do trabalho do Comitê será por demanda. Com a palavra o Sr. Gilvoneick de Souza apoiou a proposta do Sr. Eduardo Figueira, e disse *“Ninguém fala na Cedae, só que é ela que capta e trata o produto repassado para as concessionárias e chega até o consumidor final, são tantas as demandas. É óbvio que se a gente chamasse o pessoal que está aposentado, aqueles mesmo que tem interesse, as pessoas vêm, só que aí como participar de um processo? Onde é a estrutura? Ainda não existe. Sem estrutura vai ficar difícil.”* A Sra. Adriana Sotero concedeu a palavra ao Sr. Licínio M. Rogério que, em suma, destacou seu descontentamento pela falta de estrutura e mencionou *“Eu queria que o Dr. Tiago Veras se posicionasse sobre isso, porque isso foi uma cobrança que a gente fez de Conselho de Usuários na época das audiências públicas.”* Finalizou, *“Vou pedir a opinião dele também sobre o parecer que já colocaram aqui para a gente tomar conhecimento. É assustadora a postura Governamental.”* Com a palavra o Sr. Humberto Mesquita destacou a importância da criação do Comitê, pois há um limite da participação das entidades. Portanto, pode convidar pessoas, pois é aberto ao público, entretanto o Comitê tem um teto estabelecido por Decreto.

O Sr. Eduardo Figueira concedeu a palavra ao Dr. Tiago Veras, que por sua vez citou *“É bem rápido, porque eu fui mencionado pelo Sr. Licínio. É só para esclarecer, tal como eu já fiz na última reunião, que o Ministério Público, por vedação condicional, não pode fazer o papel de consultoria jurídica, razão pela qual eu não posso dar o parecer que ele solicitou recentemente, reiterando a presença dos promotores de justiça aqui nesse Comitê, é para ouvir os pleitos, ouvir as reclamações, colher essas informações e através do respectivo Call, sendo o Órgão do Ministério Público administrativo, distribuir essas demandas aos promotores naturais para que eles tomem ciência e possam adotar as medidas cabíveis como foi feito em relação ao ajuste de tarifa, tal como eu solicitei que ficasse consignado em ata as reclamações sobre a falta de estrutura a que inviabiliza a atividade material do Comitê na última reunião. Recebemos a devolutiva agora de que o ofício foi protocolizado. Realmente vi no meu e-mail ontem, foi recebido com o devido protocolo ao governador e vocês reiteraram que o problema ainda não foi resolvido, razão pela qual nós vamos mais uma vez mandar um ofício em forma de representação. Agora não mais aos promotores do consumidor, como foi feito no reajuste e aos promotores do meio ambiente da capital, para eles tomarem ciência dessa falta de estrutura e poderem trabalhar. Reitero também o que escrevi no chat das outras vezes, não vou escrever sempre, mas já vou deixar consignado aqui porque nessa reunião e nas próximas eu vou participar sem exercer o direito ao voto, porque pode ser que, em tese, o promotor natural peça auxílio ao GTT do qual eu sou coordenador e que eu trabalhe na atividade-fim. Então, se eu exercer o direito ao voto, eu vou estar por questão de impedimento, impossibilitado de atuar em eventual investigação, que chegue até a meu órgão. Só para fazer essas consignações em ATA, por gentileza, muito obrigado.”* O Sr. Licínio M. Rogério então indagou: *“Esses questionamentos que fiz, o senhor vai transmitir para o promotor natural para ele responder. É isso?”* Em resposta, o Dr. Tiago Veras explicou *“Se esses questionamentos vierem com alguma documentação mais robusta, vai ficar mais fácil para o promotor natural atuar no caso, mesmo o promotor natural, ele não vai lhe dar uma resposta a título de consultoria jurídica, se o promotor natural recebia a sua reclamação com algum indício de irregularidade, o que ele pode fazer é instaurar um procedimento investigatório e não lhe prestar consultoria jurídica.”* Com a palavra, a Sra. Ilca Bezerra sugeriu partir para a votação sobre concordar ou não sobre os temas e logo sugeriu um tema de estudo de um grupo de trabalho que possa ser de interesse de algum aluno de especialização em que ele vá contribuir para o trabalho de estudo de caso para o TCC. Mas que isso gere também um trabalho, uma ajuda para o Comitê.

A Sra. Adriana Sotero Martins com a palavra pontuou ser consensual a questão dos temas. Logo indagou *“Alguém tem algo contra da gente formar um grupo de trabalho para avaliar os*

*documentos da FIPE, os relatórios que já foram entregues, cobertura, qualidade, reparo e operação?”* Portanto, finalizou solicitando aos membros que se manifestassem por meio do chat, assim para sair a resolução dois com os membros do Grupo de Trabalho.

Registra-se que os presidentes dos blocos farão parte do GT. Assim, os interessados foram:

Sra. Tatiana Bastos, do Instituto de Direito Coletivo – IDC;

Sra. Natasha Handam, da Fundação Oswaldo Cruz – FioCruz;

Sra. Elvira Carvajal, da FAM Rio;

Sr. Humberto Garcia, do Município de Mesquita; e

Sr. Jorge Alberto do SINTSAMA.

Desta forma, foi estabelecido aos candidatos do Grupo de Trabalho para analisar os relatórios da FIPE. O Sr. Eduardo Figueira, propôs que na primeira reunião do mês de janeiro de 2024 se tenha uma apresentação desse grupo de trabalho para mostrar a situação desses relatórios. Logo, Sra. Adriana Sotero Martins, concordou com tal proposta. O Sr. João Ricardo Serafim, propôs encaminhar convites para as Instituições profissionais tais como, CREA RJ, Conselho de Economia, para que possam ajudar na consultoria e na composição do Grupo de Trabalho.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se o item 2 da pauta.

Dando prosseguimento ao item 3 de pauta que se segue:

### **3. ANTECIPAÇÃO DE VENCIMENTOS DE TARIFAS E REAJUSTES DE 10,24%;**

A Sra. Adriana Sotero Martins, concedeu a palavra ao Sr. Eduardo Figueira, que por sua vez pontuou 2 (dois) questionamentos: Antecipação de vencimento e o reajuste anual. Logo, se fez o questionamento por parte da concessionária Águas do Rio antecipar em até 30 (trinta) dias com antecedência a fatura de Água, entretanto não é obrigatório que o cliente aceite essa antecipação. O Sr. Morvan Nobre, fez uso da palavra e logo indagou *“Será que não poderia haver uma inversão? Ou seja, para se adiantar, teria que haver uma iniciativa do consumidor aprovar? Será que não poderia ser algo para o Ministério público agir?”* com a palavra o Sr. Eduardo Figueira citou *“Ela antecipou. É claro que quem quiser recorrer à justiça, recorra, essa é a posição das concessionárias. Iguá foi menos agressiva, mas fez. Eu entendo que, o certo é procurar os consumidores para perguntar se eles gostariam de fazer isto.”* O Sr. João Ricardo de Mattos Serafim em seu posicionamento argumentou que a empresa não pode impor as pessoas, pois é uma empresa privada com um trabalho que foi concedido a fazer um serviço público. Em pronunciamento, o Sr. Licínio M. Rogério comunicou *“Eu perguntei a Cedae e a Cedae fatura a água para Águas do Rio há 90 dias do faturamento, ou seja, Água do Rio tem prazo o suficiente para não precisar fazer isso.”* E logo propôs acionar a Águas do Rio, Rio + Saneamento e Iguá e, se as concessionárias não resolverem, que se acione o Ministério Público para tomar as providências cabíveis. O Sr. Humberto Garcia fez uso da palavra e acrescentou que o Comitê pode pedir ajuda ao Procon Carioca, pois o Rio de Janeiro está dentro dos 4 (quatro) contratos.

Dando prosseguimento, o Sr. João Ricardo de Mattos Serafim, fez um encaminhamento de solicitar ao Procon e aos Procuradores da Agenersa para fazerem um parecer em relação ao assunto sobre a antecipação dos vencimentos das contas de água. No que se refere ao reajuste anual, a Sra. Ilca Bezerra questionou, *“Está definido no contrato que o reajuste é anual, e se*

*estiver definido a cada doze meses, talvez tenha se criado a dispensa da publicidade de ser oficializado pelo Diário Oficial, ou se não, se continua valendo o critério de antes que tem que sair no Diário Oficial, a aprovação da nova tarifa para ela vigorar.” Com a palavra o Sr. Eduardo Figueira relatou “A longo do ano, vem toda uma discussão de como seria o reajuste de tarifa a ser praticado para o ano seguinte. As câmaras técnicas da Agenera concordam, chegam em acordo com a concessionária no determinado valor de reajuste. É dado publicidade desse valor, com aprovação do Governo do Estado, no diário oficial essa homologação do reajuste de ‘X%’ para vigorar a partir de uma data determinada. ~~data~~. O que não está claro é que esse ano, em novembro, a Águas do Rio, já passou a mandar contas com o reajuste sem que ninguém soubesse. Então nós procuramos saber o que estava acontecendo e vimos que foi acertado com a Agenera, mas a Agência não é homologadora de tarifa. O poder concedente não tem nenhuma notícia de que tenha homologado esses 10,24%. A gente questionou a Águas do Rio e informaram que deram publicidade no jornal ‘O DIA’. Logo, solicitamos um esclarecimento junto a Agenera. Segundo a concessionária estaria liberado a prática desse reajuste já nas contas de novembro. O problema é que quando a gente entra no site da Agenera, por exemplo, no dia 24 de novembro, já no final de novembro, a tabela de preços ainda era a nossa vigente.” Desta forma, foi pontuado as indagações feita à Agenera conforme descrito no **Of. Ref.: Esclarecimentos sobre reajuste anual praticado pelas concessionárias**. Onde se aguarda uma resposta da Agenera.” A Sra. Lorena Procópio com a palavra sugeriu ao Comitê que ao encaminhar ofício para a Agência ou para o Governo, fosse encaminhado com cópia para o Conselho de Titulares, para ajudar e a incentivar a participação dos Municípios. Entretanto, a Sra. Adriana Sotero Martins discordou, informando que os Municípios se encontram dentro do Comitê de forma obrigatória e não facultativa, conforme cita o Regimento Interno deste Comitê de Monitoramento. Com a palavra o Sr. Eduardo Figueira citou “*Discutindo como a população está sendo apresentada, eu queria pedir aqui uma ajuda ao Dr. Tiago Veras, do Ministério Público. Qual seria o caminho, não é uma consultoria sobre o assunto, não! A gente entende claramente essa posição, mas qual o caminho? Por exemplo, a Agenera não responde. Qual o caminho mais curto que a gente poderia usar no Ministério Público para forçar uma resposta? Porque a gente efetivamente não tem a resposta se seria uma obrigação do poder concedente homologar esse aumento, esse reajuste, como foi todos os anos. Pode ser até que esteja certo, a gente não sabe. O fato é que a gente não tem uma resposta da Agenera para as perguntas que foram feitas e a principal delas é, qual é o instrumento público que homologa de fato esse reajuste?*” Em resposta, o Dr. Tiago Veras, respondeu “*É o promotor natural que vai poder lhe responder essa sua indagação no âmbito do Ministério público, sem prejuízo da atuação dos demais colegitimado ou eventualmente de cada consumidor individualmente. Mas no âmbito do Ministério Público, o senhor vai poder conseguir essas respostas com o promotor natural.*” **Por meio do Chat, registrou-se pelo Dr. Tiago Veras “Representação sobre reajuste de tarifa foi distribuída para a 4ª PJTC de Defesa do Consumidor e do Contribuinte da Capital. Número procedimento MPRJ 2023.01215070.”***

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se o item 3 da pauta.

Dando prosseguimento ao item 4 de pauta que se segue:

#### **4. APROVAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 01 DO GRUPO DE TRABALHO APROVADO**

No que se refere, a **aprovação da Resolução Nº 01 do Grupo de Trabalho Integrado aprovado**, a Sra. Adriana Sotero propôs que a Resolução número um entre em vigor a partir da presente data, com validade para dia 12 de fevereiro de 2024, a fim de que o Grupo de Trabalho conclua e entregue os relatórios. Não havendo manifestações contrárias, permaneceu aprovado a proposta para o item 4 da pauta.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se o item 4.

Dando prosseguimento ao item 5 de pauta que se segue:

## **5. ASSUNTOS GERAIS.**

### **5.1 – TCE – RJ/WORKSHOP**

A Sra. Adriana Sotero Martins, sinalizou que encaminhou um e-mail para o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro/TCE, solicitando uma data para uma apresentação por meio de um Workshop para os membros dos Comitês de Monitoramento. Entretanto, em resposta, o TCE apresentou o motivo para a sua não realização em 2023, seria pelo fato da Auditoria Governamental em destaque ainda estar em andamento, cuja conclusão estava prevista para o dia 29/12/2023. Portanto, após a data de 29/12/2023 o Comitê poderá novamente solicitar o agendamento do Workshop, sendo aprovado por unanimidade o agendamento para a terceira semana de janeiro.

### **5.2 – AVALIAR SE OS RELATÓRIOS DE ATENDIMENTO A METAS E INDICADORES DE DESEMPENHO ESTÃO SENDO ENCAMINHADOS E ANALISADOS DENTRO DOS PRAZOS PELAS CONCESSIONÁRIAS, VERIFICADOR INDEPENDENTE E AGENERSA.**

A Sra. Adriana Sotero Martins, fez o relato sobre uma solicitação da Superintendente de Contrato de Concessão de Saneamento Básico da Casa Civil, que pedia acesso 19 documentos de processos em trâmite administrativo. Sendo os processos com os temas relatados a seguir:

Contrato de Concessão do Bloco 3; Adutora em Miguel Pereira do Bloco 2; Inventário de Bens Reversíveis Rio + Saneamento; Indicadores de Desempenho 1º ano Águas do Rio 1; Indicadores de Desempenho 1º ano Águas do Rio 4; Indicadores de Desempenho 1º ano Iguá; Plano de Ação Áreas Irregulares Águas do Rio 1; Plano de Ação Áreas Irregulares Águas do Rio 4; Plano de Ação Áreas Irregulares Iguá; Plano de Investimentos Coletor Seco Iguá; Plano de Investimentos em Coletores em Tempo Seco – Bloco 1; Plano de Investimentos em Coletores em Tempo Seco – Bloco 4; Plano de Investimentos Complexo Lagunar Iguá; Plano Diretor dos Blocos 1 e 4; Programa de Comunicação Social e Ambiental Rio + Saneamento; Reajuste tarifa CEDAE; Reequilíbrio econômico-financeiro Águas do Rio 1; Reequilíbrio econômico-financeiro Águas do Rio 4. A superintendente teve como resposta a necessidade de autorização pela relatoria de conselheiro da AGENARSA, tendo 10 processos com essa necessidade de autorização. A presidente Adriana Sotero informou que muitos documentos estão dessa forma no SEI da AGENERSA, com a chave travando o acesso, e destaca que até o poder concedente tem essa dificuldade de acesso aos documentos para fiscalização e acompanhamento.

Com a palavra, o Dr. Tiago Veras indagou *“O comitê conseguiu receber os planos de investimento das concessionárias? Foi perguntado, salvo engano, na audiência pública na Alerj e, salvo engano, eles disseram que estava disponível no site da Agenersa. Eu pedi para os meus servidores tentarem acessar. Eles viram os processos, mas até agora eles não conseguiram acessar. Então o Comitê também não teve acesso a esses planos de investimento, é isso?”* em resposta a Sra. Adriana Sotero Martins informou que até o momento também não conseguiram acesso, pois tem chave em vários documentos.

### **5.3 – MONITORAMENTO CEDAE – PARTICIPAÇÃO DOS COMITÊS (4 BLOCOS) NOS CBH – GUANDU E OUTROS**

Com a palavra a Sra. Adriana Sotero Martins propôs solicitar candidatos voluntários para serem indicados nesse acompanhamento junto aos Comitês de Bacias, ou seja, participar dos Comitês de Bacia no sentido de instrumentalizar ao Comitê de Monitoramento informações sobre o monitoramento da Cedae. Principalmente em relação ao bloco 3, por faltar pessoas para compor com os trabalhos. Logo o Sr. Gilvoneick de Souza se candidatou a participar.

Com a palavra a Sra. Kelly Felix, fez o relato *“Desde quando a gente estava discutindo o regimento deixo muito claro de que a Cedae é parte importantíssima no monitoramento que a gente está fazendo aqui, a gente não pode colocar a Cedae como apartado, já dado que um dos pilares do contrato é o fornecimento de água pela Cedae.”* Em resposta, o Sr. Eduardo Figueira confirmou a proposta de criar um grupo de trabalho permanente dentro do Comitê de Integração dos quatro blocos, destinados ao monitoramento da Cedae. Logo a Sra. Kelly Felix indagou *“Então, onde entra a participação no Comitê de Bacia, que inclusive o Gilvoneick se ofereceu para participar?”* logo acrescentou não estar entendendo a proposta de incluir outros Comitês de Bacias dentro deste Comitê de Monitoramento, bem como a Sra. Adriana Bocaiuva deixou claro não ter entendido a proposta. A Sra. Adriana Sotero Martins, fez uso da palavra e esclareceu as dúvidas citando *“A gente fez eleições e não vimos a presença do Comitê de Bacia, mas a gente não tem todos os Comitês, principalmente o Guandu. Então, seria uma forma de integrar e fazer um grupo de trabalho. Uma vez que a empresa Cedae, ela está no contrato dos quatro blocos.”* A Sra. Adriana Sotero Martins, concedeu a palavra a Sra. Ilca Bezerra que por sua vez chamou atenção para a qualidade da água captada para ser tratada. Outra questão que ela aponta é a questão da medição confiável para uma água de qualidade. A fim de prosseguir com o tema, o Sr. Eduardo Figueira deixou claro que a proposta é contemplar a Cedae em um grupo de trabalho dentro da comissão de integração, pois permeia os 4 (quatro) blocos. O que a gente precisa é de pessoas com conhecimento, contribuição, disponibilidade e que teriam muito a contribuir no monitoramento da Cedae, dentro dos Comitês de Monitoramento. Logo, a Sra. Kelly Felix solicitou aos presidentes que as propostas de pauta viessem mais claro possível, pois a proposta se encontra confusa.

Portanto, de modo não haver consenso da plenária, a Sra. Adriana Sotero Martins, propôs trazer o assunto para a pauta da próxima reunião de modo a deixar mais clara possível. Sendo assim aprovado.

#### **5.4 – “NÃO SOMOS SUBORDINADOS À AGENERSA”**

A Sra. Adriana relata que o Parecer no. 418 da procuradoria da AGENERSA, foi enviado somente ontem, dia 11/12/2023, para os presidentes dos comitês por e-mail, mas esse não era para os Comitês, pois foi feito para o Presidente da AGENERSA, veio como um informativo para os presidentes, na véspera da reunião.

Com a palavra o Sr. Eduardo Figueira, informou à plenária que, através do parecer nº 263/2022/AGENERSA/PROC, da procuradoria da Agenesra:

*A mesma procuradoria havia concluído pela existência de conflito de interesse relativamente à participação da AGENERSA e definiu em sua redação à época: “a participação da Agência geraria evidente conflito de interesses, uma vez que esta revela-se como finalidade de exercer o poder regulatório, acompanhando, controlando e fiscalizando concessões e permissões de serviços públicos.*

*Dessa forma, resta claro que esta Procuradoria da AGENERSA não irá analisar o Regimento Interno final votado em reunião. Isso porque a Agência limitar-se-á a presidir a primeira reunião do Comitê e não fará parte, influenciando na escolha final dos membros. Além disso, destaca-se que a minuta consubstanciada nestes autos*

*ainda será modificada em primeira reunião pelos membros, tratando-se tão somente de uma recomendação”.*

Portanto, que a procuradoria não irá opinar sobre a minuta final aprovada pelos membros efetivos. Logo, a Sra. Adriana Sotero Martins, ressaltou que daqui a seis meses teremos a possibilidade de revisão do Regimento Interno, como previsto no regimento aprovado, portanto poderemos futuramente considerar algumas manifestações feita pela Agenersa, através dessa procuradoria. Finalizando, o Sr. João Ricardo de Mattos Serafim, propôs um tema de **‘Manutenção do Guandu. Tempo de abastecimento de Paralisação.’** Para a pauta da reunião a ser realizada na data de 09 de janeiro.

Nada mais havendo a tratar nos termos da pauta estabelecida, a presidente Adriana Sotero Martins, agradeceu a honrosa presença de todos os presentes, declarando encerrada a presente Reunião às 17h22min.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2023



**Licínio M. Rogério**

Presidente do Bloco 1

EDUARDO  
FIGUEIRA:82264  
155787

Assinado de forma digital  
por EDUARDO  
FIGUEIRA:82264155787  
Dados: 2023.12.28 08:38:00  
-03'00'

**Eduardo Figueira**

Presidente do Bloco 2



**João Ricardo de Mattos**

Presidente do Bloco 3

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ADRIANA SOTERO MARTINS  
Data: 27/12/2023 10:50:43-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Adriana Sotero Martins**

Presidente do Bloco 4